

Folha de S. Paulo

27/07/1986

Em Leme, depoimentos ainda não conseguem esclarecer o conflito

Tadeu Afonso

Da Reportagem Local

Convidado pelo governador Franco Montoro para acompanhar o inquérito de Leme (188 quilômetros a norte de São Paulo), na qualidade de presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o advogado José Eduardo Loureiro, 58, diz que ainda é cedo para se fazer qualquer julgamento sobre os conflitos naquela cidade, na manhã de 11 de julho, quando morreram o cortador de cana Orlando Correia, 22, e a empregada doméstica Sibely Aparecida Manoel, 16.

Ao assumir a direção do inquérito, no dia 16, o delegado seccional de Piracicaba, Adolfo Magalhães Lopes, 50, havia dito que, depois de ler os primeiros depoimentos, não tinha dúvidas, mas certezas. Os ocupantes do Opala da Assembléia cedido ao PT teriam sido os responsáveis pelos primeiros tiros que provocaram o conflito. Esta semana, ele parecia não ter mais a mesma certeza. "Saber quem deu o primeiro tiro afirmou — é difícil." E acrescentava que, pelos depoimentos ouvidos até agora, não partira nenhum tiro do Opala de chapa fria MI 9964. Magalhães dizia apenas que recebera instruções expressas do secretário da Segurança Pública, Eduardo Muylaert, para apurar tudo "com a maior lisura."

Só quem entrou e saiu do inquérito garantindo que os tiros partiram da direção do "Opala foi" o delegado seccional de Rio Claro, José Tejero, que presidiu as primeiras investigações. Sob a alegação de férias e problemas de saúde, foi substituído por Magalhães. Mas Tejero não mudou de opinião nem mesmo depois que os motoristas Orlando de Sousa e José Henrique Cafasso e o encarregado de transportas Ovilso Santos retificaram seus depoimentos na polícia. Para o delegado, a mudança nas declarações não alterava nada e ele reiterava sua convicção de que os tiros tinham partido do Opala.

Toda a confusão começou com o primeiro depoimento de Orlando, Cafasso e Ovilso, pouco depois de todo o tumulto. Na polícia, disseram que o ônibus em que o Orlando transportava funcionários da fazenda Crisciunal fora fechado por um Opala de onde teriam partido os tiros contra o veículo. Apreendido o automóvel, constatou-se que ele pertencia à Assembléia Legislativa e estava cedido à liderança do PT. Três deputados desse partido — os federais Djalma Bom e José Genoíno e o estadual Anísio Batista — tinham sido presos em meio à confusão que começara por volta de 6h do dia 11, entre cortadores de cana em greve, que tentavam deter caminhões que iam com trabalhadores para as fazendas, de um lado, e a polícia, do outro. Em questão de horas, estava formada uma tempestade política. De um lado, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, acusavam o PT de ser o responsável pelos tiros e pelas mortes. Do outro, os petistas denunciavam a violência policial na repressão à greve. Acuados pelo assalto a banco em Salvador (BA), feito por militantes do clandestino Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), incrustado no PT, e acusados de promoverem greves e invasões de terra, os petistas pareciam estar enfrentando seu Waterloo político.

As coisas começariam a mudar, no entanto, na manhã de sábado. Nesse dia, enquanto os bóias-frias sepultavam seus dois mortos, a Polícia Militar ficava recolhida no destacamento de Leme. A Polícia Civil mostrava-se paralisada, parecendo crer limitar-se aos três depoimentos que incriminavam o PT.

Por que os soldados da PM estavam armados? Quem deu ordem para atirar?

Pouco depois do amanhecer de sábado, uma dezena de bóias-frias que fugia do frio em torno de uma fogueira, na rua Manoel Marques Patarra 695, onde era velado o bóia-fria Orlando Correia, dizia unanimemente: a Polícia Militar tinha atirado primeiro. Os grevistas, segundo eles, dispunham apenas de pedras.

No velório da empregada doméstica Sibely Aparecida Manoel, a cortadora de cana Maria Aparecida Cantelli Bonvecchio, 27, repetia a acusação. Segundo ela, o tiro que matara Sibely partira da polícia.

Pouco mais tarde, às 9h, as denúncias cresciam no largo Bonsucesso, onde ocorrera o conflito no dia anterior. Dezenas de bóias-frias cercavam os jornalistas. O cortador de cana Antonio Joaquim Fernandes dos Santos mostrava a cabeça enfaixada e dizia que tinha tomado um tiro de raspão dos policiais militares. Sebastião José de Oliveira, 27, disse que "ia passando" pelo local e mostrava os hematomas nas pernas e costas. O menor Reginaldo Querino Lopes, 17, avançava nas denúncias. Dizia que estava em casa, às 11h, vendo televisão, quando policiais militares entraram pela sala, dando-lhe murros no estômago, levando-o para a delegacia Cercado de bóias-frias. O menor, a princípio, não queria falar, alegando ter sido ameaçado. Depois, tirou a camisa e mostrou os hematomas nas costas.

Perto do largo Bonsucesso, o cortador de cana José Carlos Ambrósio, morador da rua Angelo Consentino, dizia que fora espancado, por volta de 7h, quando voltava para casa depois de ter tentado comprar pão e leite. Segundo ele, dois soldados estavam dentro do terreno de sua casa, ameaçando a mulher e filhos. Quando pediu para que terminassem com aquilo, começou a ser espancado — afirmou.

O golpe na certeza da polícia estourou quando um repórter da TV Cultura entrevistou o motorista Orlando de Sousa, em sua casa, na rua Dorival Bacaro 232. Na conversa, Orlando disse que só ouvira um tiro, não tendo visto nenhum disparo sair do interior do Opala, pois já estava abaixado no interior do ônibus.

No final da tarde, os repórteres tiveram acesso aos depoimentos de Cafasso e Ovilso. Em suas declarações, o primeiro chegava a uma riqueza de detalhes, como dizer que o Opala tinha placas amarelas e "maçanetas das portas externas cromadas com três ou quatro pessoas em seu interior." Já Ovilso dizia que um tiro que atingiu o ônibus partira do Opala, não podendo informar, contudo, quantos disparos teriam sido efetuados. Quando o repórter da Folha se preparava para deixar o hotel à procura de Cafasso, foi procurado pelo candidato do PT ao governo estadual, deputado Eduardo Suplicy. Também ele eslava procurando o motorista. A notícia se espalhou em meio aos demais repórteres e todos saíram à sua procura.

Suplicy bateu palmas e pediu licença para entrar na casa, identificando-se como candidato do PT e explicando que seus acompanhantes eram jornalistas. Foi uma conversa amistosa. Cafasso contou que não vira quem estava dentro do carro. Segundo ele, viu apenas um carro azul Opala, de placas amarelas. Surpreendeu a todos quando disse que os tiros começaram no momento em que o carro passara pelo ônibus, que estava parado. Negou que o carro da Assembléia tivesse fechado o veículo. Cafasso disse que se protegeu com uma mochila e se jogou ao chão.

Quando Suplicy lhe perguntou porque suas declarações contrastavam tanto com as que fizera na polícia, Cafasso respondeu: "Um pouco que a gente falava, eles escreviam bastante". Quando o deputado perguntou se ele aceitaria ir à delegacia, na manhã seguinte, para retificar suas declarações, ele aceitou. A conversa terminou aí.

Cafasso desapareceu durante a madrugada, juntamente com sua família. Quando Suplicy chegou à sua casa, às 8h de domingo, não havia ninguém lá.

Suplicy manifestou ao delegado de Leme, João Batista Dias Costa, sua estranheza pelo sumiço de duas testemunhas que haviam retificado as declarações (Orlando já desaparecera logo depois de falar à TV Cultura). O delegado informou que, estando em casa, na noite de sábado, fora procurado pelo investigador Medeiros que, ao telefone, lhe disse que Cafasso se encontrava na delegacia, "muito nervoso". Dias Costa disse ter falado com Cafasso, que lhe confessou "estar de pernas meio bambas" depois de ter recebido em casa "um pessoal que não era da cidade". O motorista disse ao delegado que falara toda a verdade e que "ia sumir".

"Desceram dois policiais e meteram fogo na turma. Vi quando a menina caiu".

Foi também no domingo que a terceira testemunha mudou suas declarações. Procurado em sua casa, na rua Etelvina Sardinha Violin, 21, pelo repórter da Folha, Ovílio Santos deixou a lavagem do seu carro e disse que os tiros começaram quando o Opala passou pelo ônibus. Mas informou que não podia garantir se os disparos tinham saído dele. Não vira ninguém atirando do carro e explicou que não sabia porque constava de suas declarações na polícia não saber "quantos tiros foram disparados do Opala". Foi a única testemunha que não desapareceu. No dia seguinte, sua mãe informava que ele trabalhava normalmente.

O domingo também traria outras revelações. A tarde, o advogado do PT, Luís Eduardo Greenhalg, chegou à delegacia de Leme com nova denúncia, Três bóias-frias feridos na sexta-feira, embora atendidos na Santa Casa da cidade, não tinham sido encaminhados à polícia para a elaboração do boletim de ocorrência, necessário para a abertura de inquérito. Greenhalg conseguiu que o promotor Francisco Mário Viotti Bernardes comparecesse à delegacia. Conferidos os boletins de ocorrência, não havia registro dos três. Assim, Antônio Henrique de Oliveira, 32, com um ferimento à bala na nádega e cinco pontos na cabeça, Ademir Lírio Generoso da Silva, 20, com um tiro no pé, e Antônio Joaquim Fernandes dos Santos, 28, com um tiro de raspão na cabeça, disseram ao promotor que os tiros tinham partido da Polícia Militar. "O povo só tinha pedras" disse Antonio Joaquim.

Às 7h20 da segunda-feira, quando chegava para o trabalho, o carpinteiro José Gomes da Silva, 36, acrescentava os primeiros detalhes sobre o conflito. Segundo ele, o ônibus apareceu logo depois que começaram os tiros da Polícia Militar. "A turma — disse — estava jogando pedras na polícia e jogou também no ônibus. Desceram dois policiais e meteram fogo na turma. Vi quando a menina caiu". Acrescentou que pôde identificar os dois soldados que atiraram: "Acho que eles são aqui de Leme".

O inquérito policial mesmo só começou na terça-feira. Diante do presidente da seção paulista da OAB, José Eduardo Loureiro, e do delegado Antonio Tejero, Oriundo de Sousa,

José Henrique Cafasso e Ovílio Santos retificaram suas primeiras declarações. Orlando disse que "apenas observou que o tiro que atingiu o ônibus fora disparado no momento em que o Opala ultrapassou o veículo que conduzia, não podendo afirmar com absoluta certeza se o disparo feito contra o ônibus partira do interior do Opala". Cafasso também afirmou não poder dizer com certeza se o tiro partira do interior do Opala "por falta de visão uma vez que, como já dissera em seu depoimento, estava com a mochila protegendo seu rosto direito, uma vez que o referido ônibus estava sendo apedrejado". O motorista confirmou a visita noturna de Suplicy e afirmou que sumira apenas por precaução. Mas negou ter sofrido ameaças ou pressões.

Já Ovílio se limitou a declarar que não tinha certeza se o tiro tinha partido do interior do Opala "mas sim procedente da direção desse veículo quando ultrapassara o ônibus".

De noite, Tejero disse ao repórter da Folha que os depoimentos em nada mudavam a situação. Para ele, os três tinham declarado que os disparos vieram da direção do Opala, coisa que só Ovilso afirma em seu depoimento. Tejero seria substituído no dia seguinte pelo delegado seccional de Piracicaba, Adolfo Magalhães Lopes.

Enquanto se reparava para passar o inquérito ao seu colega, Tejero mostrou as balas que mataram Sibely e feriram Antonio Querino Lopes, Waldemir Donizeti Rosa, Jorge Aparecido Killian. Segundo ele, todas estavam desbastadas, o que significaria que teriam ricocheteado antes de atingir os bóias-frias. Para ele, isso era um sinal de que a polícia teria atirado para o chão. Mais tarde, o presidente da Comissão de Justiça da Assembléia, deputado estadual Marco Antonio Castelo Branco, do PMDB, que acompanha também o Inquérito a pedido de Montoro, consideraria o gesto de atirar para o chão "uma loucura". Visitando o local do conflito, ele mostrava as ruas asfaltadas. Disparadas, as balas deviam ricochetear no chão.

Tejero também afirmava sua convicção de que havia civis armados entre os piqueteiros. No entanto, reconhecia que a polícia apenas aprendera facas, enxadas e paus entre os grevistas. Não escondia sua irritação com a retificação dos depoimentos das três primeiras testemunhas, dando a entender que elas haviam sido longamente inquiridas por Castelo Branco e Loureiro. "Se ele falar para um deputado — disse — conta uma coisa. Se falar para a OAB, pode contar outra". Tejero estava nervoso por Loureiro e Castelo terem perguntado às testemunhas se tinham "certeza absoluta" de que os tiros tinham vindo do Opala. "Isso — comentou o delegado — nem em juízo o sujeito diz".

Ao assumir o inquérito, o delegado Adolfo Magalhães Lopes disse não acreditar que os policiais militares tivessem tido a intenção de baleiar os grevistas. Mas, na tarde de quarta-feira, depois de ler os autos, ela anunciava sua certeza de que o PT fora o responsável pelo conflito. Agora, já não é tão afirmativo.

As 26 testemunhas ouvidas até agora são unânimes: os grevistas tinham apenas pedras e não havia civis armados entre eles. Os tiros partiram da polícia.

Maria Aparecida Cantelli Bonvecchio disse no seu depoimento que os policiais militares começaram a atacar os bóias-frias com bastões que davam choque. Os piqueteiros reagiram com pedras, afirmou, sendo empurrados da linha de trem em direção ao bairro de Nova Santa Rita. Ela disse que os tiros começaram para cima, mas sentiu uma bala passar por sua cabeça. Saiu correndo e foi quando Sibely lhe teria dito: "Ih, Cida, me pegaram". Logo depois, a menina caía morta.

Aparecida disse ainda que alguns tiros vinham de um camburão, mas informou que não pode reconhecer nenhum soldado.

Já o grevista Paulo Honório Pereira disse que foi um policial militar "moreno, olhos verdes, blusão preto, boina preta" que lhe deu um tiro no pé. Acrescentou que estava a quinze metros do soldado quando foi baleado. José Carlos Ambrósio, que denunciou a invasão de sua casa por PMs, disse que o policial que o agrediu era "moreno, olhos verdes, 1,70m de altura, jaqueta e calça marrom".

Os demais depoentes — Vitor Nogueira, Antônio Querino Lopes, Jorge Aparecido Killian, Ademir Lirio Generoso da Silva e Wladimir Donizeti Rosa — também afirmaram a mesma coisa para a polícia: foram os PMs que abriram fogo. Segundo eles, os piqueteiros tinham apenas pedras.

Somente na última sexta-feira, dia 25, os repórteres puderam ler, pela primeira vez, com calma, a íntegra do inquérito. Foram ouvidas 26 pessoas e estão intimadas outras 66. Só uma coisa causou estranheza. Ao retificar o seu primeiro depoimento, negando que os tiros tivessem

partido do Opala, o motorista José Henrique Cafasso nada comentou sobre outro item de suas declarações à polícia, ainda no dia do incidente. Nessas afirmações, ele diz que, ao abandonar o ônibus, viu que "pessoas não identificadas atiravam contra os policiais militares".

O delegado Tejero estava convicto de que havia civis armados entre os piqueteiros

Já o motorista Orlando de Souza, em seu segundo depoimento, disse querer retificar o trecho em que afirmava que a PM começou a disparar enquanto outras pessoas não identificadas também atiravam. No segundo depoimento, ele apenas diz que se escondeu numa residência e que o tiro que atingiu o ônibus foi disparado no momento em que o Opala ultrapassou o veículo. E acrescentou que não podia afirmar "com certeza absoluta" se o disparo fora feito do interior do Opala. Ele diz também não ter condições de afirmar se a PM atirou e se havia outras pessoas também disparando.

Nesta semana, será a vez de os policiais militares deporem. Nenhum deles foi ferido a bala.

A greve dos cortadores de cana de Leme começou no dia 1º de julho. No dia 25 de junho, eles haviam assinado um acordo com os usineiros, determinando que os cortadores fossem informados, até as 11h de cada dia, sobre quanto estavam ganhando por metro caminhado. Segundo o advogado Elifas Teodoro de Sousa, 31, procurador da Prefeitura de Leme, os usineiros alegaram dificuldades para cumprir essa exigência e a greve estourou.

Os grevistas denunciaram que haviam sido agredidos pela polícia. Leme na segunda-feira, dia 14, o deputado Eduardo Suplicy diz que os petistas foram procurados para que fossem mediadores. Esse apelo segundo ele, teria sido repetido na quinta-feira, antevéspera do conflito no gabinete do secretário da Segurança Pública, Eduardo Muxlaert.

Os deputados Djalma Bom e José Genoíno, do PT, dizem que, no dia conflito, chegaram a pedir aos bóias-frias que não fizessem piquetes. Bom afirma que não estava no largo Bonsucesso quando começaram os tiros. Segundo ele, estava percorrendo outros locais para impedir violência.

"Um pouco que a gente falava, eles escreviam bastante", disse Cafasso.

O fato é que as tiros começaram e segundo todos os depoimentos até agora, partiram da Polícia Militar. O delegado Adolfo Magalhães já que vai ser difícil apurar de quem partiram os tiros, embora tenha intenção de apreender todas as armas da Polícia Militar que estava no local. Um exame de balística pode dizer de onde partiram as balas.

As dificuldades são grandes. Muitas testemunhas viram os incidentes de locais diferentes e são bóias-frias, que se atrapalham com uma palavra que não conste de seu vocabulário reduzido.

Há alguns mistérios a serem desvendados. Algum oficial da Polícia Militar deu ordem para atirar ou isso foi uma iniciativa isolada de um soldado mais descontrolado no meio das pedras? Quantos soldados estavam no local? Estavam ali soldados de Leme? Por que os soldados estavam armados? Sabe-se que tropa de choque dispunha de cassetetes, inclusive dos que dão choque, e escudos mas não estavam armados. Mas os outros, vindos de cidades próximas, tinham armas de fogo.

As três primeiras testemunhas do inquérito — Orlando de Sousa, José Henrique Cafasso e Ovílio Santos — dizem que os tiros começaram quando o Opala passou pelo ônibus. Já os bóias-frias dizem que quando o carro ultrapassou o ônibus estava socorrendo os primeiros feridos.

Na madrugada de sábado passado, dia 19, a Folha teve acesso ao inquérito 206/86, que corre na delegacia de Leme, em que o bóia-fria Laércio Bonfim confessa ter tentado incendiar, por

três vezes, o canavial da fazenda Capitólio, na noite de 2 de julho. No depoimento, ele diz que participava de reuniões do PT e foi convidado a coordenar a greve. Declara-se arrependido do que fez. Encontrado pela Folha, na tarde de sábado, Laércio confessou que tentara mesmo incendiar o canavial. Mas disse ter feito isso sozinho, sem ser influenciado por ninguém. Negou que fosse do PT. Segundo ele, só participou de reuniões no sindicato para discutir a greve, que já abandonara. Tinha voltado a trabalhar.

Os governos federal e estadual também parecem ter errado em confiar apressadamente nos depoimentos das três primeiras testemunhas que, depois de apontarem o Opala como o lugar de onde teriam partido os primeiros tiros, se retrataram. Com base nos primeiros depoimentos, o governo estadual e o governo federal acasalam o PT de partir para a radicalização e a luta armada.

Escaldado pelas conseqüências políticas do assalto ao banco de Salvador, o Partido dos Trabalhadores reagiu. O presidente nacional do partido, Luis Inacio Lula da Silva, em entrevista à Folha acusou o governo de querer jogar o PT na ilegalidade. Sintomaticamente, nas primeiras horas depois do conflito de Leme, eram os petistas que mais se movimentavam para provar sua inocência e responsabilizar a polícia. O governo parecia imobilizado, entrincheirando-se nos três primeiros depoimentos que seriam logo retificados com a informação de que não houvera pressão para que isso ocorresse.

O tiroteio político que se seguia parece ter se amenizado. O presidente Sarney já informou que não vai polemizar nem entrar “no Jogo do PT”. O governador Montoro anunciou que quer clareza e transparência no inquérito. O secretário da Segurança, Eduardo Muylaert, e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, disseram que todos os seus pronunciamentos foram feitos com base nas informações da polícia de Leme e do inquérito. Resta aguardar as conclusões da investigação.

(Primeiro Caderno — Página 11)